

CONVITE

Nos termos dos artigos 112.º n.º 1 e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação convida-se V. Ex.^a a apresentar proposta para a realização do contrato de empreitada, denominado - “REABILITAÇÃO DE TAMPAS DE CAIXAS DE VISITA EM VIAS MUNICIPAIS – 2024 / 2025”

ÍNDICE

- 1- IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO
- 2- ENTIDADE ADJUDICANTE E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
- 3- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR
- 4- OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR
- 5- FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO
- 6- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
- 7- ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
- 8- DOCUMENTOS DA PROPOSTA
- 9- PROPOSTA VARIANTE
- 10- NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTAS
- 11- PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 12- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- 13- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 14- CAUÇÃO
- 15- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1- IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente convite regula o procedimento, por **Consulta Prévia**, com vista à celebração do contrato de empreitada, denominado “REABILITAÇÃO DE TAMPAS DE CAIXAS DE VISITA EM VIAS MUNICIPAIS – 2024 / 2025”

2- ENTIDADE ADJUDICANTE E DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

2.1 A entidade adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899

2.2 O presente procedimento será integralmente disponibilizado na Plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

3- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

- 4- A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho da **Exma. Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de 20 de agosto de 2024**, no uso das suas competências delegadas nos termos do disposto nos artigos 35º nº 1 alínea f) do Anexo I À Lei nº 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o artigo 18º nº 1 alínea a) do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho.

5- OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR

4.1. O contrato tem por objeto a execução da empreitada identificada no ponto 1.

4.2. O **Preço Base** do procedimento é de 60.250,00€ (sessenta mil duzentos e cinquenta euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado e que limita o valor contratual durante o período de execução contratual.

O preço base fixado representa o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelas prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

4.3. O **prazo de execução contratual termina em 31 de dezembro de 2025**, contados da data da consignação até à data da receção provisória, sem prejuízo das obrigações inerentes ao período de garantia da obra.

6- FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

5.1. O procedimento será escolhido ao abrigo do critério previsto na alínea c) do artigo 19.º do CCP;

5.2. A contratação é precedida do presente procedimento de **Consulta Prévia**, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1 b) e 112.º, n.º 1, ambos do Código dos Contratos Públicos;

7- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

6.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade: avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

6.2 O critério de desempate será o preço mais baixo apresentado para o art.º 03 do mapa de quantidades

8- ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

7.1. Os interessados podem dirigir à Entidade Adjudicante, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no ponto n.º 2, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas;

7.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento/serviços e através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.3. A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, igualmente através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.4. A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.

7.5. A Entidade Adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

9- DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1. Na proposta, elaborada nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º, o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

8.2. O concorrente deverá fazer acompanhar a proposta dos documentos seguintes:

- i. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, também em anexo ao presente Convite;
- ii. Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II também em anexo ao presente Convite;
- iii. Certidão Permanente da Empresa e respetivo código de acesso;

- iv. Plano de Trabalhos tal como definido no artigo 361.º do CCP e 361.º-A do CCP, que deve incluir plano de mão-de-obra, plano de equipamentos e plano de pagamentos, devendo ainda ser constituído por:
 - a) Diagrama de barras demonstrativo do desenvolvimento dos trabalhos de execução da empreitada;
 - b) Plano de mão de obra para a execução dos trabalhos de empreitada, mapa de afetação das diferentes cargas de mão-de-obra distribuídas, quer em quantidade, quer em tempo previsto de permanência na obra;
 - c) Plano de equipamento para a execução dos trabalhos da empreitada – Mapa de equipamento representando os diversos tipos de equipamento, quer em quantidade, quer em tempo de afetação à obra.
 - d) Plano de pagamentos
- v. Memória descritiva e justificativa do modo de execução de obra;
- vi. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º1 do artigo 57.º do CCP.
- vii. O preço da proposta deve ser expresso em euros e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado.

9. PROPOSTA VARIANTE

Não são admitidas propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

10. NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas não serão alvo de negociação nos termos do art.º 115.º n.º2 do CCP.

11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto n.º 8, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 2., **até às 17:00:00 horas do 9.º dia após publicitação do procedimento**, ou eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.

11.1. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

10.2. A assinatura digital qualificada da pasta que contém os documentos da proposta não dispensa a assinatura digital qualificada de todos os documentos.

12. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos do artigo 55.º do CCP.

13.2 Ser titular de alvará de construção, emitido pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção com as seguintes autorizações (ou documento legalmente equivalente):

A 2ª subcategoria da 2ª Categoria

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1.** O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação sob cominação do prescrito no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes documentos de habilitação:
 - i. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º 1 do artigo 81.º daquele diploma;
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d) e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certidão permanente atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa Adjudicatária emitida pela Conservatória do Registo Comercial;
 - iv. Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas ou demonstração da sua não aplicação conforme previsto pelo 81.º n.º 9 do CCP;
 - v. Comprovativo do registo, se aplicável, no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
 - vi. A comprovação da detenção de alvará contendo as habilitações previstas no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro poderá ser feita pela entidade adjudicante através de consulta no sítio da internet do IMPIC, I.P., acessível através do

balcão único eletrónico dos serviços, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho;

- vii. Para efeitos de comprovação da habilitação referida no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes;
- viii. Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira;

14. CAUÇÃO

12.1. A caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada nos termos do artigo 88.º do CCP e terá o valor de 5% do preço contratual.

12.2. O modo de prestação da caução será nos termos do artigo 90.º do CCP, de acordo com os modelos contantes dos Anexos III, IV e V, também em anexo ao presente Convite;

12.3. Pode a entidade adjudicante, mediante solicitação do adjudicatário, em substituição da caução prevista nos números anteriores, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas na presente Convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, suas alterações posteriores e restante legislação aplicável.

- Anexa-se caderno de encargos.

O Vereador,

Dr.ª Nuno Pinto

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO II.

II. A MODELO DE PROPOSTA

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações (indicar natureza e classe), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Consulta Prévia para execução da empreitada**..... . Obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, nas condições técnicas indicadas, pelo preço de€ (.....), que não inclui imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, o preço global acima indicado é composto pelos seguintes preços parciais, relativos aos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

Subcategoria	Categoria	Artigos do Mapa de trabalhos	Valor (€)	Membro do Agrupamento/Subempreiteiro	Nº Alvará / Certificado

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (local), (data), [assinatura²].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

Modelo de caução – guia de depósito -

€.....

Vai..., residente (ou com escritório) em..., na..., depositar na... (sede, filial, agência ou delegação) da... (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o contrato que tem por objeto o....., para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de Câmara Municipal do Marco de Canaveses., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data..... Assinaturas....

ANEXO IV MODELO DE CAUÇÃO

Modelo de caução - garantia bancária -

O Banco..., com sede em..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de..., com o capital social de..., presta a favor do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de..., correspondente a % do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o

cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data..... Assinaturas.....

ANEXO V MODELO DE CAUÇÃO

Modelo de seguro caução

companhia de seguros....., com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a% do valor do contrato, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto o, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação, no prazo de cinco dias úteis, após solicitação do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data. Assinaturas